

# OLHARES IRLANDESES

David Castaño

FILIPE RIBEIRO

DE MENESES

**Correspondência  
Diplomática  
Irlandesa sobre  
Portugal, o Estado  
Novo e Salazar  
(1941-1970)**

Lisboa,  
Instituto Diplomático,  
2005, 551 páginas

**E**ste livro da autoria de Filipe Ribeiro de Menezes, historiador português radicado em Dublin, constitui, como o título sugere, um apanhado da correspondência elaborada pela máquina diplomática irlandesa sobre Portugal durante um período de aproximadamente trinta anos. Antes de fazermos uma análise mais aprofundada sobre a obra em questão convém realçar que este não é um livro sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a Irlanda; é antes um conjunto de documentos agrupados sob a forma de livro o que faz com que esta recensão, mais do que uma apresentação crítica do livro em causa, se limite a apontar algumas das linhas de força das relações luso-irlandesas durante o período em causa através da análise da documentação trazida à estampa por Filipe Ribeiro de Menezes.

Como refere o autor nas notas explicativas do livro, o que se extrai do conjunto da documentação aqui reunida é um lento processo de progressivo afastamento de dois países que numa primeira fase pareciam reunir todas as condições para verem fortificadas as suas relações diplomáticas. Ambos eram países europeus, católicos,

tinham mantido a neutralidade durante a II Guerra Mundial e pareciam apostar no modelo corporativo. No entanto, a neutralidade de Portugal pouco tinha a ver com a neutralidade irlandesa e o que à primeira vista poderia parecer um factor de união e de proximidade veio a revelar-se como o facto motivador de um conjunto de equívocos que se veio a traduzir no lento afastamento dos dois países. Se, por um lado, a neutralidade portuguesa era fruto de uma complexa teia da qual faziam parte a aliança luso-britânica, a dualidade peninsular, a ameaça à integridade nacional, tanto na Europa como nas ilhas atlânticas ou nas várias possessões portuguesas espalhadas pelo globo e as clivagens existentes no seio da sociedade e da elite portuguesa (anglófilos vs germanófilos), por outro lado, a neutralidade da Irlanda é mais simplesmente explicada pela sua recente separação da Grã-Bretanha e pela existência de um conflito que chegou aos nossos dias relativamente à Irlanda do Norte. Esta tensão entre a Irlanda e a Grã-Bretanha ajuda a explicar o modo como os diplomatas irlandeses sentiam os problemas coloniais que passam a ser o cen-

tro da correspondência diplomática sobre Portugal a partir de meados dos anos 50 e a obrigam a adoptar posições contrárias aos interesses do Estado Novo.

### **SALAZAR E DE VALERA**

A abertura de relações entre os dois países em 1941, nove anos depois de Eamon de Valera ter alcançado o poder e quatro anos depois do estabelecimento do Eire como Estado independente, no seguimento da aprovação da constituição de 1937, parte da iniciativa de um primeiro-ministro que então acumulava a pasta dos Negócios Estrangeiros, e se revela um profundo admirador de Salazar e da sua obra (doc. 1, p. 29 e doc. 7, p. 33). Além dos aspectos políticos, a abertura de uma representação diplomática em Lisboa justificava-se pelo facto de Lisboa ser uma importante placa giratória por onde passava uma grande parte das importações irlandesas (doc. 7, p. 33). A admiração entre os dois era mútua, como revelam alguns documentos onde se faz menção ao modo como Salazar se referia a De Valera, o *Taoiseach* (primeiro-ministro) irlandês e que revelam os vários convites endereçados por Salazar ao seu homólogo para que visitasse Portugal, mais concretamente o santuário de Fátima (doc. 12, p. 38; doc. 49, p. 73; doc. 96, p. 123). A visita de De Valera a Portugal acabou por se realizar em Setembro de 1953 mas teve pouco significado político, sendo essencialmente marcada pelo seu carácter religioso (doc. 147, p. 198).

No entanto, a admiração e o interesse pelo regime português por parte do Governo irlandês, patente na procura de informações sobre o funcionamento do regime

corporativo (doc. 7, p. 33; doc. 14, p. 39; doc. 49, p. 73) ou das relações do Governo com os órgãos de informação, sendo dada particular atenção à censura (doc. 26, p. 50), cedo vão revelar que os resultados obtidos por Salazar na esfera financeira, na ordem interna, nas obras públicas e nas relações internacionais nada tinham a ver com a existência teórica de um sistema corporativo (doc. 45, p. 70).

Apesar da rápida percepção das fragilidades e incoerências do sistema corporativo português, do ponto de vista da política interna portuguesa, o acompanhamento e as descrições feitas pela diplomacia irlandesa revelam, tal como sucede com as fontes diplomáticas britânicas, uma certa incompreensão pelo modo de actuação da oposição, que desiste da ida às urnas em todos os actos eleitorais (doc. 70, p. 95; doc. 117, p. 151; doc. 128, p. 156) e, tal como os britânicos, também os diplomatas irlandeses tendiam a sublinhar a ausência de alternativas viáveis a Salazar. Nas várias eleições relatadas pelos responsáveis da representação irlandesa em Portugal durante o período abrangido por este livro é notória a forma como lançavam o descrédito sobre a oposição portuguesa, apesar de serem referidas as irregularidades (doc. 120, p. 154) e vicissitudes por que tinham de passar as listas ou os candidatos da oposição nos momentos eleitorais, durante os quais eram levantados, temporariamente, alguns limites às actividades políticas.

Um acontecimento ocorrido em 1952 marcará dessa data em diante um certo arrefecimento das relações entre os dois países. No final do Verão desse ano, navios e um

submarino da armada portuguesa permaneceram no porto de Londonderry (Derry, para os irlandeses) situado na Irlanda do Norte, o que provocou uma manifestação de desagrado da diplomacia irlandesa que considerava o uso dessa base naval como uma ofensa à sua integridade territorial, uma vez que tal estadia implicava o reconhecimento por parte do Governo português da soberania da Grã-Bretanha no Ulster (doc. 133, p. 180). Ao contrário de outros países, Portugal não foi sensível aos argumentos apresentados pela diplomacia irlandesa e defendeu a estadia dos navios portugueses em Londonderry com base nas obrigações do País ao abrigo da Aliança Atlântica, tendo o encarregado de negócios português em Dublin chegado a afirmar que a questão da Irlanda do Norte era um assunto para ser resolvido entre a Irlanda e a Grã-Bretanha (doc. 134, p. 181). Esta resposta portuguesa jamais seria esquecida pelo aparelho diplomático irlandês que, passados dois anos, quando o representante português na Irlanda procura obter uma mensagem favorável do Governo irlandês em relação à presença portuguesa na Índia, lembra, numa nota interna, a visita dos navios portugueses à base naval na Irlanda do Norte e compara a situação dos seis condados em relação à Irlanda com a dos territórios portugueses na Índia (doc. 161, p. 215). Comparação essa que será feita diversas vezes durante o evoluir da situação em Goa (ver, por exemplo, doc. 177, p. 233).

Um interessante documento, pela sua originalidade e simplicidade, datado de 31 de Março de 1953, faz uma breve e esquemática análise sobre o regime português

apontando os seus aspectos positivos e os aspectos negativos, sendo bem revelador do modo como Portugal era visto pela diplomacia irlandesa, análise que *grosso modo* se irá manter durante todo o período abarcado por este livro. Como positivos são referidos os valores católicos defendidos e praticados pela sociedade portuguesa; o sistema corporativo como uma tentativa honesta de conciliação entre os interesses antagónicos do capital e do trabalho, embora seja referido que neste campo pouco se fizera ainda para passar da teoria à prática; a restauração da ordem; o equilíbrio orçamental e a restauração da estabilidade financeira; o facto de Portugal ser um país anticomunista; da sua colonização apresentar um aspecto humano; a neutralidade na II Guerra Mundial; as velhas ligações no campo da educação (existência de um colégio de dominicanas irlandesas em Lisboa). Como factores negativos são apontados: a permanência de navios de guerra portugueses em Derry, em 1952; o autoritarismo do regime; a não existência de liberdade de expressão e de reunião; a inexistência de uma oposição no sentido democrático-parlamentar; a duvidosa liberdade eleitoral; a incapacidade do regime em melhorar as condições de vida da população; os elevados níveis de iliteracia (doc. 137, p. 189).

### **O «ANTICOLONIALISMO» IRLANDÊS**

O período de 1956 a 1970, que está tratado nos dois últimos capítulos do livro, é sem dúvida o mais rico do ponto de vista documental no que toca à política externa portuguesa, nomeadamente à defesa do

império colonial ou, na expressão dos diplomatas e responsáveis portugueses, das recém-baptizadas «províncias ultramarinas». Como revela a documentação aqui publicada, Portugal nunca compreendeu a posição irlandesa em relação às suas colónias. Os diplomatas portugueses viam a Irlanda unicamente como um país ocidental e católico, mas os irlandeses identificam-se também como uma ex-colónia que a custo se tinha libertado do jugo imperial britânico.

A tónica posta pela diplomacia portuguesa na vertente religiosa das relações luso-irlandesas era contrariada pelos diplomatas irlandeses que tendiam a valorizar os aspectos meramente políticos e a deixar para segundo plano as questões religiosas. Este modo de actuação foi avaliado pelo próprio Vaticano que defendeu que o problema da Índia Portuguesa era político e não religioso (doc. 180, p. 236; doc. 181, p. 237; doc. 183, p. 239; doc. 196, p. 262). Apesar de se mostrarem preocupados com o futuro dos católicos de Goa depois da invasão indiana, os diplomatas irlandeses aceitaram como válido o ponto de vista do Governo indiano segundo o qual não deveriam existir receios nesse sentido uma vez que a própria Índia contava com um maior número de cristãos do que Portugal, estando garantida a preservação da identidade cultural e religiosa dos vários estados que formavam a União (doc. 293, p. 426).

Este equívoco entre religião e política, juntamente com a falta de sensibilidade portuguesa perante o problema da Irlanda do Norte, parecem ser a causa do aprofundar do fosso que se vai abrindo entre os dois

países e se revela com grande clareza no seio da Organização das Nações Unidas nas várias reuniões onde se discutiu o problema das colónias portuguesas. Se inicialmente a diplomacia irlandesa tendeu a dar o benefício da dúvida a Portugal e à sua política colonial, votando a favor de Portugal na reunião da Quarta Comissão de 5 de Fevereiro de 1957, essencialmente por causa das expressões usadas na resolução então apresentada (doc. 201, p. 268), posteriormente alterou a sua posição, passando numa segunda fase a abster-se (doc. 210, p. 278) e, numa terceira, a votar contra Portugal (doc. 336, p. 484). A posição irlandesa de gradual incompreensão pela política seguida por Portugal em relação aos territórios africanos foi abertamente exposta em Dezembro de 1966 quando o representante da Irlanda na ONU fez a sua declaração de voto e apelidou a política colonial portuguesa da segunda metade do século como «errada e anacrónica» (doc. 365, p. 510).

A passagem de três diplomatas pela representação diplomática em Lisboa, Thomas Commins (1956-1959), Francis Biggar (1959-1960) e James W. Lennon (1961-1962), que intercalam a longa missão de O'Kelly de Gallagher, permite verificar como pode variar a quantidade e a qualidade de informação enviada para o respectivo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se O'Kelly, o embaixador que durante todo este período ocupou durante mais tempo o posto em Lisboa, se limitava a enviar as informações indispensáveis, os outros três produziram documentação que além das questões relacionadas com os problemas coloniais contém interessantes relatos

sobre a vida política do país e que merece um mais aprofundado estudo. Questões como as relações de Portugal com Espanha, o funcionamento do regime, as relações entre o Estado e a Igreja, as actividades da oposição, a ligação de Portugal à EFTA e as relações desta organização com a Comunidade Económica Europeia, assim como a sucessão de Salazar, são tratados em numerosos documentos que constituem uma

interessante fonte de informação para todos aqueles que estudam e analisam as duas últimas décadas do Estado Novo. Pena é que não haja uma estratégia consistente para a publicação deste tipo de documentação, quer portuguesa, quer estrangeira, que além de ser uma mais-valia para o estudo das nossas relações diplomáticas é um valioso contributo para a compreensão da história contemporânea portuguesa. **Rd**